

“GÊNEROS DA PARTICIPAÇÃO”: REFLETINDO SOBRE LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO E DA DIVERSIDADE SEXUAL EM ÂMBITO ESTATAL

Gustavo Gomes da Costa Santos¹

Olívia Perez²

José Szwako³

RESUMO

O presente texto propõe uma revisão da bibliografia acadêmica produzida no âmbito das ciências sociais brasileiras sobre as instituições participativas (IPs) engajadas na promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual. A partir de três eixos analíticos (estrutura de oportunidades políticas facilitadoras da participação *lato senso*; tipos de efetividade das instituições participativas; e principais entraves à participação e à efetividade dessas instituições), o texto explora as experiências de participação social com foco nas temáticas de gênero e diversidade sexual identificando os traços comuns a outras experiências de participação social, sem deixar de lado suas “especificidades”. Os trabalhos analisados, a despeito das suas diferentes filiações teórico-metodológicas, são unânimes em identificar a expansão das experiências de participação social vinculadas a temáticas de gênero e diversidade sexual particularmente na última década (que englobam os dois governos do presidente Lula) no Brasil. Dentre os entraves destacam-se a baixa incidência da sociedade civil na definição, implementação e monitoramento das políticas públicas, o limitado impacto da participação social na conformação da agenda legislativa e a presença irrisória de mulheres e LGBT nas instâncias representativas e de decisão.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero. Diversidade sexual. Participação. Efetividade

¹ Departamento de Sociologia (UFPE). E-mail: gustavo.gomescosta@ufpe.br

² Departamento de Ciência Política (UFPI). E-mail: oliviaperez@yahoo.com.br

³ Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IESP-UERJ). E-mail: zeszwako@hotmail.com

A participação social no âmbito das instituições estatais tem sido uma temática cara aos movimentos sociais na América Latina desde ao menos o final da década de 1970. O contexto de crise econômica e política dos regimes autoritários de cariz cívico-militar e de mobilização pelo reestabelecimento do Estado democrático de Direito em diversos países da região despontou como uma oportunidade política favorável (TARROW, 2009) às demandas por abertura de espaços de diálogo e sinergia entre atores sociais da chamada “sociedade civil” e gestores e/ou outros atores relevantes na arena estatal. Juntamente com críticas mais amplas às desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista de produção que excluía amplos setores da sociedade dos direitos de cidadania, o caráter excludente, oligárquico e privatista do Estado em diversos países latino-americanos era apontado como importante entrave à expansão da cidadania aos setores pauperizados da sociedade (a exemplo dos trabalhadores urbanos e camponeses). Muitos dos movimentos sociais que se articularam em torno da bandeira da redemocratização estavam envolvidos em lutas por acesso a serviços públicos (educação, moradia, saúde, transporte etc.) em seus países. Nesse sentido, a demanda da democratização da gestão do Estado era vista por esses atores como um dos mecanismos mais eficazes para ampliar o acesso da população aos direitos da cidadania e mitigar as desigualdades sociais.

É nesse mesmo contexto de luta pela redemocratização que se

observa a emergência de diversas mobilizações engajadas na luta pelos direitos das mulheres e, posteriormente, dos homossexuais (atualmente identificados como Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais [LGBT]) na América Latina. Muitos dos ativistas envolvidos na organização dessas primeiras tentativas de articulação política tinham tido contato com ativistas feministas, lésbicas e gays em diversos países europeus e na América do Norte ou mesmo com outros companheiros latino-americanos, quando das suas experiências de exílio (voluntário ou não) decorrente do estabelecimento dos regimes autoritários em seus países de origem (NOGUEIRA, 2013). Esses contatos foram centrais na constituição de redes transnacionais de ativistas (Von BULOW, 2010; TARROW, 2009; KECK e SIKKINK, 1998) e para troca não só das vivências de opressão e exclusão, mas também de pedagogias, estratégias de luta e resistência.

Os movimentos feminista e de liberação lésbico-gay, assim como os movimentos negros e dos povos indígenas/originários representavam uma “novidade” no horizonte das lutas sociais na América Latina. Em comum, tinham a demanda pelo reconhecimento da sua diferença consubstanciada em identidades sociais que tradicionalmente tinham sido a causa de sua exclusão do gozo dos direitos de cidadania. Os chamados “movimentos identitários” demandavam que os demais grupos da sociedade reconhecessem suas especificidades e que o Estado garantisse leis e normativas explicitando

a proteção de seus direitos, assim como implementasse políticas públicas direcionadas a combater as vulnerabilidades sociais direcionadas a esses grupos sociais. Por essa razão, mulheres, lésbicas e gays vislumbravam que o restabelecimento do Estado democrático era condição *sine qua non* para viabilizar a sua ação política e garantir a legitimidade das suas demandas frente aos outros grupos sociais.

Como resultado da mobilização desses atores sociais e de interesse das forças políticas daquele contexto, a redemocratização de diversos países latino-americanos foi acompanhada da abertura de diversos canais institucionais de participação política em diferentes esferas governamentais, que variavam no alcance de suas ações e no grau de coparticipação nas decisões estatais.

O caso brasileiro é paradigmático desse processo, na medida em que, em meados da década de 1980, a redemocratização foi acompanhada de um processo constituinte no qual os movimentos sociais articulados com forças partidárias tiveram protagonismo significativo, garantindo a previsão constitucional de diversos espaços de participação na gestão das políticas públicas. A Carta aprovada em outubro de 1988 contemplou a participação da sociedade na definição dos rumos das políticas sociais (particularmente nas áreas de assistência social, educação e saúde), além de prever outros mecanismos de participação, como os plebiscitos, referendos e iniciativas

populares de lei, institucionalizando a participação social em distintos âmbitos da administração pública (federal, estadual e municipal). Isso resultou na emergência, ao longo da década de 1990, de diversos conselhos gestores de políticas públicas, nos quais atores da sociedade civil se engajaram com gestores na delimitação das prioridades e, em alguns casos, na definição dos desenhos institucionais das políticas públicas (DAGNINO, 2002).

Juntamente aos conselhos gestores, observou-se o crescimento dos chamados “orçamentos participativos” (OP) em diversos municípios brasileiros, espaços nos quais as administrações locais viabilizavam a participação de entidades e organizações da sociedade civil na definição dos gastos estatais (AVRIZTER, 2016; TEIXEIRA, 2013). Bandeira dos governos municipais chefiados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a experiência do OP foi implementada por outros partidos, embora tenha se mantido, em nível municipal, como marca distintiva do chamado “modo petista de governar”.

A aproximação do governo federal com os movimentos sociais se intensificou com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência em 2002, constituindo-se, portanto, em outra oportunidade política favorável ao aprofundamento e ao alastramento das instituições participativas (IPs), alcançando as esferas nacionais de desenho e implementação das

políticas públicas. Essa era uma aposta. Embora parte dessas expectativas tenha sido frustrada (SZWAKO, 2012), sobretudo em áreas tradicionalmente caracterizadas pelo insulamento burocrático como a política econômica e de planejamento (em alguma medida devido à necessidade do PT de garantir uma base de sustentação parlamentar e o apoio dos setores econômicos hegemônicos), a participação em âmbito federal, especialmente em setores de políticas sociais, ampliou-se.

Uma das maiores inovações institucionais desse contexto foi a realização das chamadas “conferências nacionais”, eventos que congregavam delegados escolhidos entre atores da sociedade civil em etapas municipais e estaduais para discutir e propor encaminhamentos das políticas públicas em diversas áreas, desde a assistência social, educação e saúde, passando por cultura, meio-ambiente, desenvolvimento regional até os direitos de segmentos sociais tradicionalmente desprivilegiados, como jovens, idosos, afrodescendentes, indígenas, mulheres e LGBT. Em suas distintas etapas, algumas conferências chegaram a envolver a participação de mais de 10 mil pessoas (POGREBINSCHI, 2012), demonstrando o empenho dos atores da sociedade civil na participação nesses canais de canalização de demandas, a despeito das diversas críticas em relação ao seu alcance e efetividade – comentados adiante.

No caso específico das conferências de mulheres e LGBT, elas

tiveram a importância de legitimar as demandas por equidade de gênero e pela diversidade sexual, ao conceder caráter de “questão de governo” a temáticas que tradicionalmente eram vistas como de cunho intimista e privado e, para muitos setores da sociedade, não mereceriam a atenção do Estado. Com isso, lograram importantes avanços legislativos, como a aprovação da Lei Maria da Penha⁴ de combate à violência doméstica de gênero e da Lei do feminicídio⁵, que converteu em crime hediondo o assassinato de mulheres em virtude de seu “sexo”⁶. No caso da população LGBT, o status de “questão de governo” não resultou em avanço comparável na agenda legislativa, mas influenciou os tribunais superiores a proferirem importantes decisões estendendo direitos a este segmento, a exemplo do reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo em 2011⁷ e, mais recentemente, em 2018, a garantia de mudança do nome social no registro civil para travestis e transexuais⁸.

O presente texto tem por objetivo propor uma revisão da bibliografia acadêmica produzida no âmbito das ciências sociais brasileiras sobre as instituições participativas direcionadas à promoção da equidade de gênero e da diversidade sexual nas instâncias estatais. Para tanto, foram elaborados

⁴ Lei nº 11.340/2006.

⁵ Lei nº 13.104/2015

⁶ A utilização da expressão “sexo” na Lei do Feminicídio foi resultado da pressão de setores conservadores e religiosos, que visavam impedir qualquer possibilidade de extensão dos efeitos da lei para a população LGBT (particularmente ao segmento de travestis e transexuais) que poderia resultar do uso da categoria de gênero. (Disponível em <http://jornalcomunicacaoufpr.com.br/lei-do-femicidio-e-aprovada-mas-populacao-trans-nao-e-amparada-na-mudanca-do-codigo-penal/>. Acesso em 24.04.2018)

⁷ ADI 4277/2011

⁸ ADI 4.275 /2018

3 (três) eixos analíticos a partir das temáticas e discussões que permearam os trabalhos analisados. Embora focados no campo da discussão sobre gênero e diversidade sexual, os eixos analíticos estão em íntima relação com debates caros à reflexão acadêmica mais ampla sobre as instituições participativas e sobre a participação, mais amplamente considerada, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais nessas e noutras instituições e arenas:

1. A estrutura de oportunidades políticas facilitadoras da participação *lato senso*⁹;
2. Os diversos tipos de efetividade das instituições participativas;
3. Os principais entraves à participação e à efetividade das instituições participativas;

Os eixos analíticos possibilitaram explorar os trabalhos sobre participação social com foco nas temáticas de gênero e diversidade sexual identificando os traços comuns a outras experiências de participação social (sejam relacionadas a outras minorias sociais, sejam vinculadas a temáticas

⁹ Embora a trajetória dos debates de movimentos sociais e de instituições participativas tenha levado a um certo descolamento temático (Cf. Szwako, Dowbor e Carlos, 2016), utilizamos aqui o termo 'participação lato senso' para designar a atuação de movimentos sociais em várias arenas de representação, intermediação e participação não restritas à atuação em instituições participativas, além e aquém destas. Dito de outra maneira: as instituições participativas constituem, para nós, uma modalidade específica e institucionalizada de interação com o Estado - não exaurindo, portanto, o leque mais amplo de formas e arenas de participação (judiciária, legislativa, outras).

“tradicionais” das políticas sociais, como assistência social e saúde), sem deixar de lado suas “especificidades”. Foi por esse propósito que se optou por incluir a discussão sobre representação política de mulheres e LGBTQs no campo da política partidária e eleitoral, tema normalmente dissociado da discussão “canônica” sobre participação social (centrada nos mecanismos de participação direta da sociedade civil). Os critérios de seleção dos trabalhos e de sua inclusão (ou não) na revisão da literatura serão expostos a seguir de maneira mais pormenorizada.

Os trabalhos analisados, a despeito das suas diferentes filiações teórico-metodológicas, são unânimes em identificar a expansão das experiências de participação social vinculadas a temáticas de gênero e diversidade sexual particularmente na última década (que englobam os dois governos do presidente Lula) no Brasil. Essa expansão expressa-se não só no aumento do contingente de pessoas envolvidas nos processos participativos, mas também na inclusão das perspectiva de gênero e orientação sexual nos diferentes níveis da administração pública (municipal, estadual e federal).

A interlocução entre movimentos sociais e governo federal é especialmente relevante, tendo em vista que as temáticas de gênero e diversidade sexual tinham ocupado um lugar marginal na esfera pública e institucional institucional nos períodos anteriores, por serem vistas como questões “privadas”, do âmbito doméstico e da intimidade, não tendo,

portanto, relevância “pública” e “política”. Considerando esse passado, a inclusão da temática dos direitos das mulheres e LGBT nas arenas institucionais representa, em certa medida, a concretização de um lema central para o feminismo ocidental no pós-2ª Guerra Mundial: a defesa de que “o pessoal é político”.

A despeito desse avanço, os trabalhos analisados são unânimes em apontar diversos entraves à participação de mulheres e LGBT. Dentre esses entraves destacam-se a baixa incidência da sociedade civil na definição, implementação e monitoramento das políticas públicas, o limitado impacto da participação social na conformação da agenda legislativa e a presença irrisória de mulheres e LGBT nas instâncias representativas e de decisão. A lógica de organização do sistema político brasileiro (baseado naquilo que a literatura acadêmica nomeou de “presidencialismo de coalizão”) é amplamente indicada como o principal entrave à efetividade da participação social de mulheres e LGBT na gestão estatal. Nesse sentido, os casos e textos analisados parecem se situar entre dois tipos de estrangulamentos. De um lado, seguindo A. C. Teixeira (2013) e L. Avritzer (2016), a necessidade do Executivo de ter o apoio de “super-maiorias” no Congresso Nacional, junto à sobre-representação de grupos hegemônicos no legislativo (a exemplo das bancadas ruralista e evangélica) e às lógicas de financiamento privado das campanhas eleitorais e à concentração dos meios de comunicação,

constrangem fortemente a efetividade da participação. De outro lado, na esteira dos achados de Luchmann et al (2016), quanto à representação feminina em Conselhos, variáveis como domínio específico do setor de política pública e a escala de governo (se federal, estadual ou municipal), são também fortes estruturadores (facilitadores ou constrangedores) da representação política das mulheres naquele tipo específico de IP.

Comentário metodológico

O texto baseia-se em uma revisão sistemática da literatura científica sobre participação nas áreas de gênero e LGBT. A revisão sistemática é uma forma de pesquisa que parte de fonte de dados disponíveis na literatura, mediante a aplicação de critérios específicos. Tal técnica é útil para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente (SAMPAIO e MANCINI, 2007). Logo, trata-se de uma pesquisa bibliográfica que organiza os resultados derivados de outras pesquisas.

Como o objetivo é mapear a produção científica, foram levantados e sistematizados artigos científicos, capítulos de livros, teses e dissertações sobre o tema disponibilizados nos seguintes bancos de dados com acesso online: Portal de Periódicos da Capes (acesso aberto); Banco de Teses e Dissertações da Capes; e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e

Dissertações. Foram testados diversos descritores tanto na busca de trabalhos sobre instituições participativas e gênero¹⁰, como no intuito de sistematizar também o conhecimento produzido sobre instituições de participação que tratem dos temas importantes para a população LGBT¹¹.

No Portal de Periódicos da Capes a busca foi feita na opção “busca avançada” no campo ‘assunto’¹². No Portal de Capes de Teses e dissertações só há uma possibilidade de busca, enquanto que na Biblioteca Digital Brasileiro de Teses e Dissertações (BDTD) optou-se pela opção de “busca avançada” dos descritores que estivessem no resumo do trabalho.

Com o uso de tais descritores no campo assunto das três bases de dados utilizadas, foram localizados sessenta e oito artigos, teses e dissertações. Desses, nove eram repetidos, totalizando cinquenta e nove trabalhos.

¹⁰ Dentre todos, os seguintes termos apresentaram relevância na localização dos trabalhos: “Conselho Gestor” and gênero, “Conselho Gestor” and mulher, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, Conferências de políticas para as mulheres. Em suma, a busca remeteu a instituições de participação nas esferas municipal, estadual e federal. Ademais, buscou-se por temas amplos (como Conselhos Gestores) e por descritores específicos (como Conselho Nacional dos Direitos da Mulher).

¹¹ Foram utilizados os seguintes descritores: “Conselho Gestor” and LGBT, “Conselho Gestor” and sexual, Conselho Nacional de Combate à Discriminação, Conselho Estadual de Direitos da População, Conselho Municipal de Políticas LGBT, Conferência Nacional de Políticas Públicas de direitos, Conferência Estadual de Políticas Públicas de direitos humanos, Conferência Municipal de Políticas Públicas de direitos humanos, “Conferência nacional” and LGBT, “Conferência estadual” and LGBT, “Conferência municipal” and LGBT. Nessa pesquisa houve a preocupação de utilizar descritores que remetessem aos termos comuns nas pesquisas sobre população LGBT, tais como sexual (referente à diversidade ou orientação) e LGBT (embora saiba-se da discussão sobre a inclusão de mais siglas que contemplem grupos diversos, como os transgêneros). Novamente houve o cuidado de incluir termos mais amplos (como Conselhos Gestores and LGBT) e descritores mais específicos (com o nome dos Conselhos e das Conferências da área).

¹² Possibilidade mais ampla fornecida pela busca detalhada no Portal.

Percebeu-se que com a pesquisa realizada não foram localizados artigos de dois importantes dossiês de periódicos brasileiros que tratavam justamente dos temas. No sentido de preencher essa lacuna, foram incluídos artigos do Dossiê “Gênero da Política: Feminismos, Estado e Eleições”, publicado nos *Cadernos Pagu* (n. 43, 2014), assim como trabalhos do Dossiê temático Gênero e Política da Revista Brasileira de Ciência Política (n. 2, 2009). Esses dois dossiês reuniam quatorze artigos próximos ao tema de pesquisa. Adicionalmente, foram consultados nos trabalhos encontrados outros trabalhos citados recorrentemente como referências. A partir dessa busca foram selecionados mais nove trabalhos, incluído capítulos de livros.

No total foram localizados oitenta e dois trabalhos - entre artigos, teses, dissertações e capítulos de livros, excluindo as referências repetidas. Em seguida os resumos foram lidos para verificação se os mesmos se coadunavam com a proposta da pesquisa. Após a discussão sobre cada um dos trabalhos, foram excluídos da análise vinte e seis deles. Embora tenha se privilegiado um olhar amplo sobre participação e gênero (incluindo trabalhos que analisam eleições), optamos pela exclusão de trabalhos que tratam de teorias feministas ou aquele voltados à verificação dos impactos de políticas públicas na saúde da mulher – temas comuns entre os artigos localizados. Durante a leitura completa dos trabalhos foram excluídos mais sete deles por não se adequarem ao escopo proposto. Logo, de um total

de oitenta e dois trabalhos localizados (excluindo as referências repetidas) foram selecionados para análise quarenta e nove trabalhos, especificamente trinta e dois artigos, dois capítulos de livros e vinte e duas teses e dissertações.

Foram analisados as seguintes informações desses cinquenta e seis trabalhos: i) a instituição analisada (se Conselho, Conferência, Fórum etc.), ii) a área em que se insere (discussão sobre temáticas relacionadas à mulher ou população LGBT), iii) o objetivo do trabalho; iv) o caráter multidimensional dos efeitos e das efetividades da participação (constituição dos sujeitos políticos/educação política/concretização de políticas públicas/partilha efetiva de poder entre agentes estatais e sociedade civil)¹³, v) os entraves à participação e as sugestões do aprimoramento.

Para analisar essas variáveis foram selecionados trechos das publicações analisadas. Posteriormente, os trechos foram categorizados e contados com o auxílio de programa de computador NVIVO para que fosse possível demonstrar as informações de forma quantitativa, facilitando assim a compreensão do trabalho. O programa NVIVO permitiu selecionar e categorizar trechos analisados qualitativamente. Ademais foi possível contar as palavras mais utilizadas em todos os trabalhos gerando uma “nuvem de palavras” e constatar quais as referências bibliográficas mais utilizadas nos trabalhos analisados.

¹³ Veja: Pires et al. (2011).

Panorama dos trabalhos analisados

A maior parte dos trabalhos que versam sobre participação e gênero tem as instituições participativas como objetos de pesquisa. A Constituição de 1988 prevê a participação da sociedade civil nas políticas públicas e tal participação foi concretizada principalmente com a criação e multiplicação de Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Em algumas áreas, como a saúde e assistência social, a criação de Conselhos é obrigatória para o repasse de verbas federais. Não por acaso os Conselhos foram o foco dos estudos sobre participação da primeira metade do século XXI e ainda são importantes temas de pesquisas. Do total de textos analisados, 20% dos trabalhos versam sobre os Conselhos Gestores, sublinhando seus ganhos e limites enquanto instituições capazes ou não de formular políticas públicas. Diferente dessa primeira literatura, outras IPs ganharam destaque nos estudos dos últimos dez anos, nomeadamente, as Conferências, com 9% dos trabalhos dentre todos os pesquisados. As Conferências são destacadas como importantes instrumentos de vocalização e atenção das demandas, em especial, das mulheres (PRÁ, 2014).

Se as IPs já eram temas dos trabalhos de meados dos anos 2000, a grande novidade a respeito da participação de mulheres e LGBT nos últimos anos foi a entrada de ativistas nos órgãos públicos, contribuindo para a

formulação de políticas públicas. Grande parte dos trabalhos analisados (25%) versa sobre a formulação de políticas públicas, principalmente por mulheres ligadas aos movimentos feministas. Termos como “femocratas”, feministas que formulam políticas públicas, são comuns nesses trabalhos (BOHN, 2010). Essa aproximação entre o movimento feminista com o Estado é imputada principalmente ao governo Lula, pois durante a gestão petista, militantes foram alçadas a cargos públicos e tiveram a oportunidade de colocar na agenda e na prática políticas públicas voltadas às mulheres — a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) é um marco nesse sentido (BOHN, 2010). Secretaria das Mulheres. Ainda que com menor espaço, a causa LGBT obteve ganhos nesse período: os estudos mencionam principalmente as políticas públicas voltadas à prevenção da AIDS (BARACAT e NOBRE, 2013).

Outro tema que perpassa os estudos sobre gênero e participação é a representação de grupos considerados como minorias (mulheres e LGBT) nas arenas parlamentares. Essa reflexão não é nova e, a despeito do acúmulo de conhecimentos e denúncias, ainda é um foco central – mesmo porque as arenas parlamentares são *locus* privilegiado de vocalização dos grupos e atenção das suas demandas. Dentre os trabalhos analisados, 23% se preocupam com a baixa presença, em especial de mulheres, nas arenas parlamentares, mesmo depois de leis que supostamente aumentariam essa

presença, como a Lei de Cotas (SABINO e LIMA, 2015). Passadas décadas de demanda pela maior presença de mulheres no parlamento, tal tema ainda é objeto de reflexão e denúncia por parte dos estudos.

Do total de 49 textos, a temática dos movimentos sociais (tanto os feministas como os LGBT) somaram 16% dos trabalhos pesquisados. Se os movimentos sociais foram o foco dos trabalhos sobre a sociedade civil no período da ditadura militar brasileira, após a redemocratização tais estudos perderam espaço para as instituições de participação. No entanto, eles ainda estão presentes e vem ganhando força em um cenário de recrudescimento da força da participação institucionalizada. A participação institucionalizada das mulheres no Brasil foi estimulada, dentre outros fatores, por diretrizes internacionais, tema de dois trabalhos analisados.

Quando os estudos abordam movimentos sociais, o movimento LGBT é mais citado do que o feminista: é como se a aposta da causa LGBT estivesse ainda depositada no movimento social, considerando que as instituições de participação como Conselhos, Conferências, e mesmo a entrada das chamadas minorias nas políticas públicas, beneficiaram principalmente as mulheres. Os LGBT tiveram menos entrada nas instituições governamentais e mais atuação por meio de movimentos sociais.

Para se ter uma ideia visual acerca dos temas dos quarenta e nove trabalhos analisados, foi feita uma nuvem de palavras com o programa

de siglas utilizadas: LGBT, GLBT, LGBTT. Mesmo assim, em geral, os trabalhos versam sobre mulheres, indicando a necessidade de mais estudos sobre as relações entre LGBT, instituições participativas e participação lato senso.

As palavras com destaque, além de mulher, são: política, Estado, direitos e saúde. As pesquisas focam então seus estudos e apostas na entrada das mulheres na política, o que lhes confere poder e possibilidade de concretização de direitos. O tema da saúde é comum em dois sentidos: a saúde é uma importante área de participação das mulheres e LGBT, além de ser uma área central para a promoção de direitos.

A palavra nacional também tem destaque, pois os trabalhos sobre instituições de participação (Conselhos e Conferências) e sobre políticas públicas focam a esfera nacional, o que remete à uma tendência na confecção de trabalhos nas ciências sociais: menos locais e focalizadas e mais amplos, abarcando diretrizes e instituições federais.

Os movimentos também aparecem na nuvem de palavras, mas com menos destaque do que a palavra Estado, indicando exatamente essa virada dos estudos sobre participação: menos centrados na mobilização social e mais atentos à participação dentro do Estado, seja em instituições de participação ou em órgãos públicos.

Por fim, foram analisados os autores e autoras mais citadas. Em

primeiro lugar está Leonardo Avritzer, da Universidade Federal de Minas Gerais. Como se sabe, Avritzer conta com larga trajetória de estudos sobre IPs. É, sem dúvida, uma referência nos estudos, em especial por ressaltar a importância da participação da sociedade civil nas questões públicas. Em segundo lugar está o sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que inclusive já organizou uma importante obra sobre participação (Cf. SOUSA SANTOS, AVRITZER, 2002). Em terceiro lugar a autora mais citada é a professora da Universidade Estadual de Campinas Evelina Dagnino. Dagnino foi responsável por disseminar teorias e debates acerca das diversas formas de aproximação entre sociedade civil e Estado, sob uma ótica gramsciana, quebrando certa predominância dos estudos que contrapõem Estado e sociedade civil. Ela também foi a responsável por cunhar o termo ‘confluência perversa’ para designar as lutas discursivas ao redor dos sentidos da participação (DAGNINO, 2004).

As oportunidades políticas para a participação lato senso nas temáticas de gênero e diversidade sexual no Brasil

O avanço da recente participação social do movimento feminista e LGBT nas instâncias estatais no Brasil é o resultado, segundo os trabalhos analisados, de uma confluência “virtuosa” de diversos acontecimentos, em

âmbito nacional e internacional, que viabilizaram a abertura de espaços de diálogo entre ativistas da sociedade civil e agentes estatais. Como já apontado no começo deste texto, o processo de redemocratização ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 foi fundamental para a emergência e organização do movimento feminista e homossexual¹⁴. A abertura política viabilizou a mobilização dos dois atores sociais e possibilitou a apresentação das suas demandas na esfera pública.

Uma particularidade do caso brasileiro está na relativa “prematuridade” na construção de espaços de diálogos e concertação entre ativistas e órgãos estatais. No caso da temática de gênero, já a partir de 1983, quando os governos estaduais e municipais passaram a ser democraticamente eleitos, há uma importante mudança na relação entre ativismo e Estado, que deixa de se pautar majoritariamente pelo enfrentamento, passando ao diálogo e à negociação (WRIGHT, 1996). Em alguns estados e municípios são criados conselhos dos direitos das mulheres (WRIGHT, 1996; SANTANA, 2016), a exemplo do Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) em São Paulo, que logram a implementação das delegacias especializadas no combate à violência doméstica (FARAH, 2014).

Essas primeiras iniciativas foram fundamentais para que o movimento

¹⁴ O movimento homossexual brasileiro (MHB) é a denominação assumida pelo ativismo de lésbicas e gays até o princípio da década de 1990. A organização e demanda por visibilidade dos segmentos de travestis e transexuais e bissexuais levará a que o movimento social adote o termo LGBT no princípio do século XXI, de maneira a expressar sua diversidade interna. Para um histórico desse processo, consultar Facchini e Simões, 2009.

feminista pressionasse o governo federal pela criação, em 1985, do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), vinculado ao Ministério da Justiça (PIMENTA, 2010; NOGUEIRA, 2013). O CNDM terá o protagonismo na organização e vocalização das demandas das mulheres e do movimento feminista junto à Constituinte (NOGUEIRA, 2013), conhecido como o “lobby do batom” (PIMENTA, 2010).

O processo constituinte de 1987-88 é outra importante oportunidade política para a participação do movimento feminista e homossexual. Nele, diversos setores da sociedade civil tiveram a possibilidade, em muitos casos pela primeira vez, de apresentar suas demandas e reivindicações, influenciando os parlamentares na elaboração do texto constitucional. Como já salientado, a Constituição de 1988 incorporou diversos mecanismos de participação social e de democracia semi direta (OLIVEIRA, 2016).

No que diz respeito às questões de gênero, a Constituição cidadã (como ficou conhecido o texto constitucional) incorporou diversas das demandas do movimento feminista (AVELAR, 2013), a exemplo da garantia de isonomia entre homens e mulheres nas relações conjugal e parental, além de prever políticas específicas para as mulheres (PINTO, 2001), caso da licença-maternidade (AVELAR, 2013). No tocante à diversidade sexual, a Constituição de 1988 não contemplou a demanda do ativismo homossexual pela inclusão do termo “orientação sexual” entre as razões de não

discriminação (CÂMARA, 2002). No entanto, o artigo 3º da Constituição de 1988 previu, em seu inciso 3, a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e *quaisquer outras formas de discriminação* (grifos nossos)”, abrindo a possibilidade de reconhecimento dos direitos para a população LGBT (SANTOS, 2011).

Os mecanismos de participação social estabelecidos pela Constituição de 1988 abriram importantes espaços de diálogo entre setores da sociedade civil e órgãos estatais no campo das políticas públicas ao longo da década de 1990. No campo do movimento feminista, a década de 1990 foi aquela na qual o impacto do contexto internacional foi mais sentido internamente na legitimação da temática de gênero na arena político-institucional. A realização da IV Conferência Mundial da ONU sobre a Mulher em 1995 em Pequim foi central na incorporação da temática de gênero nas políticas públicas (GALVÃO, 2010). A Conferência é um dos principais acontecimentos de um processo mais amplo de inclusão da temática de gênero nas agências internacionais que remontam à década da mulher (1975-1985) e à aprovação da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação da Mulher (conhecida pela sua sigla em inglês CEDAW) em 1979 (PRÁ, 2014). Orientada pelas diretrizes internacionais, diversas agências multilaterais passam a condicionar a concessão de recursos para projetos de desenvolvimento à inclusão da perspectiva de gênero (FARAH,

2014). Os organismos internacionais incluíram a proteção dos direitos das mulheres em sua agenda de ação, passando a pressionar os Estados nacionais a implementarem ferramentas de monitoramento de situação das mulheres (SANTOS, 2006). No Brasil, uma das consequências da pressão internacional na implementação de medidas afirmativas dos direitos das mulheres junto com a luta do movimento feminista, foi a aprovação da lei de cotas em 1996, prevendo um mínimo de 30% de candidaturas femininas nas eleições brasileiras (SABINO e LIMA, 2015).

Em relação à temática de orientação sexual e identidade de gênero, a década de 1990 foi caracterizada pelas primeiras iniciativas de interlocução de ativistas homossexuais com entidades estatais no âmbito da política de combate à AIDS (ALVES, 2016; TOITIO, 2016). A participação de gays, lésbicas e travestis na elaboração e implementação da política de saúde foi estimulada, dado que, até então, esses eram os principais segmentos da população a serem atingidos pela epidemia.

No bojo da focalização das políticas públicas oriundas do paradigma neoliberal, a população LGBT tornou-se um dos principais implementadores das políticas de prevenção da AIDS (GALVÃO, 2000). Os recursos estatais daí oriundos foram fundamentais para a organização de diversos grupos e ONGs nos estados e para a estruturação do movimento LGBT em âmbito nacional (ALVES, 2016; TOITIO, 2016;

FEITOSA, 2017). Essas experiências também foram fundamentais na conformação de espaços de diálogo e negociação entre ativismo LGBT e Estado, que se ampliaram para outras temáticas (direitos humanos, assistência social, educação entre outras) a partir do novo século.

Por fim, a última importante oportunidade política identificada nos textos analisados para a participação social de mulheres e LGBT no Brasil foi a chegada do PT ao executivo federal. Há certa unicidade dos trabalhos em apontar as administrações Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e, em menor medida, Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) como o momento no qual as possibilidades de participação social e de incidência nas políticas públicas aumentam exponencialmente. Nesse período, as conferências nacionais despontaram como principal mecanismo de participação social de mulheres e LGBT no âmbito estatal. As Conferências viabilizaram a participação da sociedade civil, inclusive de muito(a)s daquele(a)s que não tinham um envolvimento orgânico prévio com o movimento feminista e LGBT.

Embora já existentes em áreas tradicionais da política social (a exemplo da educação e saúde), as conferências ampliaram-se sobremaneira após 2003, incorporando segmentos sociais e temáticas até então não contempladas pela ação estatal (OLIVEIRA, 2016). Talvez um dos principais exemplos disso tenha sido a 1ª Conferência Nacional

GLBT¹⁵ realizada em 2008, que significou o primeiro experimento de participação social da população LGBT em âmbito nacional, mobilizando diversos ativistas e indivíduos em muitas áreas nas quais até então não haviam experiências prévias de mobilização em torno da agenda dos direitos LGBT. A 1ª Conferência GLBT estabeleceu, entre suas recomendações, a criação do Conselho Nacional LGBT (estabelecido em 2010) e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 2009 (MELLO et al, 2012), iniciativas inovadoras não só em âmbito nacional, mas também no contexto latino-americano.

As conferências nacionais das mulheres articularam-se com mecanismos de participação já existentes (a exemplo do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres) e com aqueles criados pela administração petista, a exemplo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Tendo status de ministério, a SPM foi dotada de força institucional no âmbito da estrutura estatal, demonstrada pela sua autonomia interna e dotação orçamentária específica (BOHN, 2010). A sinergia entre Conselho, Conferência e SPM resultou em um avanço considerável da temática de gênero no âmbito estatal na última década no Brasil, particularmente se o comparamos com a dificuldade do movimento LGBT em impor sua agenda no âmbito estatal.

¹⁵ Uma das deliberações da Conferência foi a mudança da ordem nas “letrinhas” que nomeiam o movimento, de forma a seguir a tendência global de dar visibilidade ao segmento lésbico, ainda marginalizado no ativismo pela diversidade sexual (FACCHINI E SIMÕES, 2009).

Vale a pena participar? Os sentidos atribuídos à efetividade da participação social no campo de gênero e diversidade sexual

O tema mais presente na literatura sobre participação de mulheres e LGBT aqui analisada foi o da efetividade da participação na definição das políticas públicas e na produção legislativa. Tal fato não é de se estranhar, dado que, como os atores e atoras e atrizes sociais envolvida(o)s nos processos participativos, o(a)s analistas dessas experiências nutrem grandes expectativas nos processos participativos. Como já apontado, as temáticas dos direitos das mulheres de LGBT ganharam visibilidade e relevância nas últimas décadas e os espaços participativos foram centrais para esse processo.

No geral, os textos analisados partem do reconhecimento da relevância da abertura dos espaços participativos nas últimas décadas, principalmente na visibilidade de temáticas antes vistas como marginais ou secundárias na esfera pública (MAGRINI, 2012; TOITIO, 2016). As Conferências são apontadas como mecanismos inovadores de canalização das reivindicações dos atores da sociedade civil e tem se destacado como arenas importantes para a mobilização desses atores (POGREBINSCHI, 2012). Se tivermos em mente a tortuosa trajetória de construção democrática no Brasil, pautada por experiências autoritárias e de exclusão sistemática de amplos setores

da população da participação nos assuntos públicos, é digno de destaque a importância das conferências e das demais arenas participativas. Os espaços participativos abriram espaços de diálogo e concertação entre sociedade civil e agentes estatais (ARAÚJO, 2014), impactando a formulação de diversas políticas públicas, apresentando diretrizes que podem orientar os gestores estatais no desenho das políticas públicas (LIMA E SILVA, 2012; POGREBINSCHI, 2012). Ademais, os espaços participativos podem operar como locais privilegiados de controle social das ações estatais (NOGUEIRA, 2013).

Outro importante ganho da participação social das mulheres nas instâncias estatais foi a inclusão da transversalidade de gênero nas políticas públicas (FARAH, 2014; NOGUEIRA, 2013; PAPA, 2012). A ação do CNDM foi central na incorporação da perspectiva de gênero em diversas políticas públicas, ampliando o escopo da ação do Estado e possibilitando estratégias inovadoras de combate à desigualdade de gênero (PIMENTA, 2010). Tal incorporação, embora ainda limitada a certas áreas (assistência social, saúde, trabalho) (PAPA, 2012), seria bastante improvável em um contexto de participação limitada das mulheres (FARAH, 2014). Os espaços participativos em âmbito federal foram fundamentais para pressionar estados e municípios a estabelecerem políticas específicas para mulheres e LGBT e garantir a sua participação na gestão pública (LIMA E SILVA, 2012).

Além das políticas sociais específicas para a população feminina, os mecanismos de participação social lograram avanços legislativos relevantes. Neste ponto específico, há uma diferença entre os impactos da participação das mulheres e LGBT. Enquanto os últimos não conseguiram aprovar nenhuma lei que o(a)s beneficiassem diretamente (TOITIO, 2016), as mulheres conseguiram avançar com legislações relevantes, como a aprovação da Lei Maria da Penha contra a violência doméstica e da Lei do Femicídio (AVELAR, 2013).

A dimensão individual da(o)s atores envolvida(o)s nas experiências de participação social foi apontada como outro ganho do engajamento de mulheres e LGBT nas Conferências. Principalmente nas etapas municipais e estaduais, nas quais há uma ampla participação, as Conferências favoreceram a inclusão política de indivíduos sem experiências prévias de participação, que podiam chegar a serem eleita(o)s para as etapas nacionais, convertendo-se assim em relevante experimento de democracia direta (POGREBINSCHI, 2012; REIS, 2013). Em contextos nos quais não havia movimentos sociais organizados, os espaços participativos têm sido centrais na viabilização da organização de mulheres e LGBT (GALVÃO, 2010).

A participação social de mulheres e LGBT não se resumiu às Conferências Nacionais. É importante lembrar a relação orgânica entre ativistas feministas e LGBT e o PT. Desde a sua fundação, o partido tem

uma relação de proximidade com atores da sociedade civil e contempla, em seu projeto político, a participação social. Muitas das feministas e ativistas LGBT eram filiados ao PT. A chegada do partido ao executivo federal resultou em um amplo “trânsito” de ativistas feministas e, em menor medida, de militantes LGBT para as instâncias estatais. A expertise acadêmica e de militância de várias ativistas feministas resultou em sua conversão em “femocratas” (BOHN, 2010), peças-chave na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas. No caso específico da SPM, o lugar de destaque que ganhou no aparelho do Estado durante os governos petistas como órgão dotado de pessoal, capacidade técnica, autonomia decisória para assuntos internos e recursos financeiros, permitiram à Secretaria exercer suas atividades de maneira efetiva (BOHN, 2010). O mesmo não pode ser dito das experiências de políticas LGBT em âmbito federal e nos estados e municípios, que tem sofrido com a falta crônica de recursos financeiros e organizacionais com a fragilidade institucional, inviabilizando a realização de suas atividades (CARRARA et al., 2017; GOMES DA COSTA e FEITOSA, nesse número; MELLO et al, 2012). Por fim, é relevante destacar que a expansão de secretarias, coordenadorias e conselhos nos estados e municípios voltados à população feminina e LGBT abriu possibilidades de inserção profissional e de capacitação técnica nas áreas de gênero e sexualidade (FERNANDES, 2014).

Limites à participação de mulheres e LGBT na política institucional

Semelhantemente às reflexões sobre a efetividade da participação social de mulheres e LGBT nas arenas estatais, os diagnósticos sobre os limites a sua participação presentes na literatura revisada também são diversos, variando da ênfase a aspectos pontuais, como o impacto negativo do desenho institucional de certas instâncias participativas até questões mais amplas, a exemplo da influência de variáveis socioculturais (LÜCHMANN et al., 2016).

Contudo, foi possível identificar certo consenso na literatura analisada sobre a participação de mulheres e LGBT no âmbito da política eleitoral-partidária. Os trabalhos coincidem em afirmar que as instâncias eletivas de representação (executivo e legislativo) e as estruturas partidárias foram aquelas nas quais se observou a mais tímida participação de mulheres e LGBT no Brasil. O país figura entre aqueles com os piores índices de equidade de gênero na política no mundo. De acordo com dados da ONU mulher¹⁶ de 2017, o país ocupa a 154ª posição no ranking de participação de mulheres no legislativo nacional, ficando atrás apenas de Belize e Haiti no continente americano. Os trabalhos analisados são unânimes em apontar os limites da lei de cotas nas candidaturas eleitorais que obriga às legendas partidárias

¹⁶ Disponível em <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/4/women-in-politics-2017-map>. Acesso em 24.04.2018.

a terem ao menos 30% de candidatas. Apesar do aumento do número de candidatas mulheres nas eleições na última década, a proporção de mulheres eleitas tem permanecido relativamente estável (MIGUEL e BIROLI, 2010; SABINO e LIMA, 2015). A ausência de mulheres também é sentida nos poderes executivo e judiciário brasileiros. São poucas as mulheres que logram serem eleitas para cargos executivos (PINTO, 2001). No âmbito da burocracia estatal, embora sejam 44,2% das servidoras em âmbito federal, elas ocupam apenas 13,2% dos cargos do alto escalão (JUREMA, 2001). O mesmo ocorre no judiciário, no qual o percentual de magistradas na segunda instância é bem inferior à primeira instância (JUREMA, 2001). Semelhantemente ao vivenciado no mercado de trabalho, os textos apontam para o impacto do chamado “teto de vidro” na progressão das mulheres na carreira político-partidária. Isto é, parece existir uma “barreira invisível” que previne as mulheres de ocuparem cargos no alto escalão e com grande poder de decisão.

Várias são as variáveis apontadas pela literatura analisada para explicar a sub-representação de mulheres nas instâncias formais de representação. O impacto da divisão sexual do trabalho e de papéis sociais de gênero são apontados como causas fundamentais para explicar a exclusão das mulheres (MOTA e BIROLI, 2014). A política (e o espaço público de maneira mais ampla) ainda é vista como um espaço exclusivo de homens, o que opera

como um desincentivo para a participação das mulheres (PINTO, 2001). Ademais, a organização do campo político profissional também contribui para a exclusão das mulheres. Elas são preteridas pelas lideranças partidárias na partilha dos recursos de campanha e do tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) (LANDEIRA TORRES, nesse número), o que acaba limitando suas chances de sucesso eleitoral (ALVES, PINTO e JORDÃO, 2012).

A mídia também contribui para a sub-representação feminina, na medida em que invisibiliza as mulheres candidatas nos momentos eleitorais, além de desqualificar aquelas engajadas na política (LOPES, 2016). Com isso, a mídia reforça estereótipos sociais que vinculam as mulheres à esfera “privada” e “doméstica”, naturalizando as desigualdades de gênero (MOTA e BIROLI, 2014).

De maneira análoga, a população LGBT sofre com a exclusão das arenas eleitoral e partidária. Embora não haja uma política de cotas institucionalizada (como no caso das candidaturas femininas), tem se observado crescente número de candidata(o)s que se autoidentificam como LGBT e que defendem a agenda da diversidade sexual e de gênero nas eleições brasileiras na última década (GOMES DA COSTA, 2016a). A presença de LGBT nas estruturas partidárias também tem ganhado destaque, haja vista a proliferação de setoriais LGBT/Diversidade em

diversos partidos do espectro ideológico (GOMES DA COSTA, 2016c). No entanto, esse maior engajamento na política eleitoral e partidária não tem resultado (como no caso das candidaturas femininas) em maior desempenho eleitoral. Aqueles candidata(o)s LGBT que logram sucesso eleitoral ainda se concentram nas esferas mais baixas na hierárquica política (que no Brasil é representado pelo cargo de vereador municipal). Apenas um deputado (Jean Wyllys, do PSOL-RJ) conseguiu se eleger para o legislativo federal, o que demonstra o lugar (ainda) marginal ocupado pelas candidaturas LGBT no campo político brasileiro (GOMES DA COSTA, 2016b).

Os entraves para a participação das mulheres e de LGBT nas instâncias de representação formal explicam, de maneira considerável, a grande aposta que os movimentos feministas e LGBT têm colocado nos espaços de participação social. Em um contexto de “fechamento” das instâncias legislativas e partidárias, as conferências e os conselhos despontam como canais alternativos de canalização das demandas desses atores sociais e de pressão pela implementação de políticas públicas. Nos governos petistas, esses espaços ganharam centralidade como espaços de representação de interesses e perspectivas, principalmente de grupos sociais tradicionalmente excluídos da política institucional, como negros, indígenas, idosos, jovens, mulheres e LGBT.

Apesar da maior abertura desses espaços para a participação de grupos

subalternos, se comparados com as arenas legislativas (BRASIL e REIS, 2014), a literatura analisada aponta também empecilhos não só à participação de mulheres e LGBT, mas também à efetividade dessa participação (por exemplo, no impacto da participação nas políticas públicas e na produção legislativa). Tal como no caso da representação eleitoral e parlamentar, variáveis como divisão sexual do trabalho e papéis de gênero também impactam negativamente na participação de mulheres (e, em alguma medida, de LGBT) nas arenas participativas. As mulheres tendem a concentrar a sua participação em temáticas socialmente entendidas como “femininas”, a exemplo da assistência social, do que áreas que vistas como “técnicas” (logo, masculinas) como saúde e meio ambiente (LÜCHMANN et al., 2016). Além disso, a menor disponibilidade de tempo livre (dada a chamada dupla jornada¹⁷) para participar dos processos deliberativos das mulheres explica a maior presença dos homens nos conselhos e nas posições de liderança, mesmo em áreas nas quais as mulheres são a maioria nas organizações de base (LÜCHMANN et al., 2016). Marcadores sociais da diferença, como nível de escolaridade, classe social e identidade étnico-racial, também impactam a participação entre mulheres e LGBT. As esferas participativas tendem a ser ocupadas majoritariamente por indivíduos de escolaridade alta

¹⁷ O IBGE divulgou recentemente o documento “Estatísticas de gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil” no qual aponta que as mulheres brasileiras dedicam, em média, aproximadamente 75% a mais de tempo nas tarefas domésticas do que os homens. (Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em 25.04.2018)

(MAGRINI, 2012) em relação à média do país, dificultando a contemplação de perspectivas diversas (YOUNG, 2006) nos processos deliberativos e nas definições das demandas prioritárias.

Já em relação à efetividade das arenas participativas, várias razões são apontadas pelos textos analisados como entraves à incidência dos atores da sociedade civil nas decisões dos gestores estatais. A dimensão institucional é central para compreender a baixa efetividade da participação social. A fragilidade organizacional, a ausência de recursos orçamentários específicos (ou da capacidade de definição de gastos prioritários), a falta de um marco legal vinculando a administração às decisões tomadas, e a baixa institucionalização dos espaços participativos são apontados como razões para a baixa efetividade da ação da sociedade civil nos processos participativos (BRASIL; REIS, 2014; LIMA E SILVA, 2012; MELLO et al, 2012; CARRARA et al., 2017; PAPA, 2012). Mesmo quando os espaços deliberativos logram incidência política, a exemplo da apresentação de proposições de leis no congresso oriundas das deliberações das conferências nacionais, elas, em sua maioria, acabam sendo arquivadas (OLIVEIRA, 2016). Até mesmo quando há uma convergência de projetos políticos entre sociedade civil e Estado que, em tese, favorece a efetividade da participação, observa-se baixa publicidade dos debates e deliberações dos espaços participativos (ARAÚJO, 2014). Essa baixa publicização, aliada

ao intenso trânsito de ativistas feministas e LGBT para o aparelho do Estado (AVELAR, 2013; COSTA, 2009), resulta em certa dificuldade em delimitar as fronteiras da parceria entre sociedade civil e Estado e explica as diversas acusações de “cooptação” dos movimentos feministas e LGBT pelo Estado. O tema da cooptação dos movimentos sociais está presente em alguns dos trabalhos analisados, embora sejam apresentados de distintas maneiras. Alguns trabalhos enfatizam as assimetrias estruturais entre sociedade civil e Estado como causa de certa “domesticação dos conflitos”, da “despolitização dos atores sociais” e da hegemonia do Estado na definição última daquelas reivindicações e demandas que serão atendidas (ALVES, 2016; MACHADO, 2016). Outro tipo de interpretação denuncia a instrumentalização dos movimentos sociais por parte do PT para lograr seus objetivos políticos (Cf. IRINEU, 2016).

Variáveis de cunho mais propriamente político influenciam os resultados desses processos. Particularmente na temática de gênero e diversidade sexual, as alianças entre o executivo e os partidos da base aliada no Congresso nacional (eixo central do “presidencialismo de coalizão”) têm sido um importante entrave ao avanço das demandas dos movimentos feministas e LGBT. Nos períodos eleitorais, isso se tornou uma regra nas administrações petistas: observa-se o afastamento do executivo de certas agendas vistas como “polêmicas”, como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo

sexo, de forma a não comprometer as alianças partidárias (NOGUEIRA, 2013; LIMA E SILVA, 2012). Inclusive durante a administração Dilma, grupos conservadores integrantes da base aliada do governo utilizaram-se de sua força política para barrar iniciativas pró-direitos LGBT, como a campanha de prevenção da AIDS direcionada à população de gays jovens do Ministério da Saúde e a distribuição do kit anti-homofobia pelo Ministério da Educação (BARACAT e NOBRE, 2013). Mesmo quando se logrou a incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas, grupos conservadores, em muitas situações, “esvaziaram” o conceito de seu caráter denunciador das desigualdades de gênero acabando por reforçar, em muitas situações, a posição tutelada das mulheres (FARAH, 2014).

À guisa de conclusão: um balanço preliminar das experiências participativas de mulheres e LGBT

O presente trabalho foi feito em um contexto em que é possível e necessária a revisão bibliográfica sobre participação em sentido lato, isto é, participação para além das instituições participativas. Essa revisão é possível pelo acúmulo de trabalhos sobre o tema, ainda que os enfoques sejam diversos. Em linhas gerais, os quarenta e nove trabalhos escolhidos fornecem pistas ricas sobre a trajetória dos estudos sobre participação nas

últimas décadas. Dessa trajetória é possível extrair dois tipos de implicações: uma centrada nos desafios teóricos e metodológicos postos pelas análises das relações entre IPs, gênero e sexualidade; e outra dedicada aos limites impostos pela conjuntura regressiva instalada ao redor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2016). Vamos, primeiramente, àqueles desafios.

Um primeiro desafio colocado é a necessidade premente de enfatizar a natureza multidimensional dos efeitos e da efetividade seja das instituições participativas ou participação *lato senso*. Tal necessidade é correlata à busca e à elaboração de métodos e técnicas capazes de aferir essa multidimensionalidade (Cf. ROMAO E MARTELLI, 2013; ALMEIDA, 2017). A ênfase dada, por exemplo, nos estudos sobre as interações entre feministas e Estado brasileiro aos efeitos ditos de ‘cooptação’ ou ‘domesticação’ não precisa (e, a nosso ver, não deve) sobrepujar a compreensão dos impactos produzidos por essas relações sobre as políticas públicas para mulheres. Um e outro efeito não são mutuamente excludentes, ao contrário, dependem em função um do outro. Assim, a chamada ‘efetividade’ demanda uma compreensão literalmente plural: trata-se de compreender efetividades, isto é, modos complexos e concomitantes (de um ponto de vista normativo, não necessariamente coerentes) de produzir efeitos, também eles, de natureza plural - efeitos seja sobre as políticas

públicas, sobre atrizes ou atores não estatais, sobre as instituições ou sobre padrões de interação Estado/sociedade.

Outro desafio para a agenda de pesquisa consiste em analisar os impactos das experiências de engajamento nas IPs na organização interna e nas estratégias de luta e mobilização dos movimentos feministas e LGBT. No bojo desses impactos, tem se observado a proliferação de coletivos nos movimentos feminista e LGBT com apelos discursivos de horizontalidade e que tendem a se colocar em posição crítica (e, por vezes, de antagonismo explícito) seja à política institucional, seja à criação de setoriais de mulheres e LGBT em partidos políticos, que buscam se engajar nos canais formais de representação. A expansão dessas formas contemporâneas de mobilização e participação, a exemplo dos coletivos e ocupações de estudantes, nos coloca diante de um horizonte complexo e demanda uma compreensão igualmente complexa: o coro de discursos e vozes que aponta para uma suposta “crise” da representação, ao mesmo tempo em que evidencia os limites impostos à representação de perspectivas de grupos tradicionalmente excluídos, ignora os ganhos (dos quais esse coro é parte, diga-se de passagem) da crescente e inclusiva pluralização da representação. Isto é, tal como boa parte da literatura aqui revisada permite notar, com todas suas limitações e ambiguidades, as instituições participativas (sobretudo, mas não de modo exclusivo) foram pluralizadas e transformadas, pela estruturação de

padrões relativamente consistentes de interação socioestatal, em arenas de representação e intermediação de interesses daqueles grupos. Negar a complexidade assumida pela institucionalização das IPs e seus ganhos, reproduzindo uma dicotomia de outrora “participação versus representação” (SANTOS e SZWAKO, 2017), assim como negar a relevância política das formas atuais de mobilização e crítica às instituições, são, a nosso ver, dois caminhos altamente equívocos se se quiser entender o cenário de hoje e também transformá-lo.

Outras questões ainda pouco exploradas na reflexão sobre a participação social no âmbito das políticas para mulheres e LGBT no Brasil são os possíveis impactos das reflexões teóricas contemporâneas sobre gênero e sexualidade no desenho das políticas públicas e em sua implementação. Ainda são poucos os trabalhos que se debruçam sobre temas como transversalidade (PAPA, 2012) e interseccionalidade nas políticas públicas. Semelhantemente, as demandas de grupos específicos dentro do ativismo feminista e LGBT (a exemplo das mulheres negras, lésbicas e do segmento trans¹⁸) e os desafios postos por elas na elaboração das políticas públicas ainda estão invisibilizadas nos estudos existentes sobre participação, provavelmente como consequência da dificuldade desses segmentos em colocar suas reivindicações no rol das prioridades das ações estatais.

¹⁸ A palavra “trans” tem sido crescentemente utilizado como termo “guarda-chuva” para engloba as diferentes identidades (travestis, transexuais, transgêneros) do segmento. Para uma discussão sobre a negociação das categorias identitárias no movimento político trans, consultar (CARRARA; CARVALHO, 2013).

Em outra ordem de questões estão as implicações contextuais e políticas advindas da conjuntura regressiva hoje vivida. A reconstrução estilizada da trajetória das demandas por participação desde fins dos 1970 pode nos ser politicamente útil aqui.

Durante a ditadura militar a tônica dos estudos estava no poder dos movimentos sociais para mudar a sociedade, na medida em que os mesmos estimulariam relações mais horizontais e inclusivas. Os movimentos sociais seriam também responsáveis por mudar o Estado, forçando a democratização e a inserção de sujeitos até então excluídos. Naquele contexto, a sociedade civil e movimentos sociais eram tomados como sinônimos, ambos considerados autônomos e virtuosos, em contraposição ao Estado autoritário.

Após a redemocratização, multiplicaram-se as instituições de participação, tais como Conselhos Gestores e Conferências, capazes, em alguma medida, de incluir e direcionar políticas públicas para demandas ditas minoritárias. Nessa seara, os primeiros trabalhos focavam nas capacidades dos Conselhos Gestores. Os trabalhos mais recentes destacam as Conferências como importantes experiências de construção de políticas públicas e inserção de temáticas, até então, consideradas da esfera privada, tais como gênero e orientação sexual.

À raiz da institucionalização das IPs, o governo Lula estreitou a

relação entre movimentos sociais e Estado com a criação de órgãos públicos ocupados por ativistas de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais, com a função de confeccionar políticas públicas para mulheres, negros e grupos indígenas, por exemplo. Se, para a literatura da década de 1980, tal aproximação significava uma forma de cooptação e, portanto, de desmobilização dos movimentos sociais, os estudos mais recentes apontam o quão profícua foi essa transformação.

O governo federal hoje não é mais comandado pelo PT, e sim pelo MDB, alterando um ciclo de estudos e experiências sobre participação. Tal contexto torna o balanço aqui realizado mais do que necessário. Passada a euforia e o refinamento das interpretações sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, bem como sobre o crescimento das IPs, entramos em um período de retrocesso no campo dos direitos sociais. Instituições de participação, assim como os movimentos sociais, vêm perdendo força dentro do governo e, em última instância, sofrendo um processo de criminalização. Também se observa o fortalecimento do conservadorismo de grupos religiosos que ganharam protagonismo no atual governo, resultando em retrocessos nos direitos das mulheres e da população LGBT. No entanto, a participação não deixará de existir. Como a experiência atesta, a mobilização e interação de atores não estatais com o Estado não desaparece nem em contextos ditatoriais. Nem a aposta na participação *lato*

sensu deve diminuir. Com a certeza de que as instituições brasileiras não funcionam tão bem quanto se pensava, os movimentos sociais podem ser capazes de retomar a conquista de direitos.

A presente pesquisa contribui com os estudos da área ao permitir uma visão geral dos estudos sobre participação e gênero, exatamente em um momento em que é preciso revisar e ressaltar a importância dessas experiências. Aponta-se aqui necessidade de abordagens que não desconsiderem, mas esmiúcem a nova onda de movimentos sociais e as diversas formas de interação socioestatal que despontam no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Débora Cristina Rezende de. Os desafios da efetividade e o estatuto jurídico da participação: a Política Nacional de Participação Social. Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 3, Setembro/Dezembro, 2017.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? quem se candidata? Cadernos Pagu (43), pp. 119-167, julho-dezembro de 2014.

ALVES, Douglas Santos. Movimento LGBT, participação política e hegemonia. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (org.). Mulheres nas eleições: 2010. Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Ciência Política/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

ARAÚJO, Maria Gutenara Martins. Feminismo e o Estado: relações possíveis a partir do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Brasília. Brasília, 2014.

AVELAR, Lúcia. Movimentos, redes, feminismo de Estado: a representação extraparlamentar das mulheres brasileiras. Cadernos Adenauer, XIV, nº3, 2013.

AVRITZER, Leonardo. Impasses da Democracia no Brasil. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2016.

BARACAT, Maria Matilde Zraik; NOBRE, Farley Simon. Participação social como elemento de análise da sustentabilidade: estudo do Programa Brasileiro de DST/AIDS. Cadernos EBAPE.BR, v. 11, nº 1, artigo 4, Rio de Janeiro, Mar. 2013.

BASTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. Estudos Feministas, Ano 2, pp. 38-54, 2º Semestre/1994.

BOHN, Simone R. Feminismo estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 81-106, jul.-dez. 2010.

BRASIL, Flávia de Paula Duque; REIS, Girlene Galgani. Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte. Revista do Serviço Público Brasília 66 (1) 07-27 jan/mar 2015.

CÂMARA, Cristina. Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa. Rio de Janeiro, Academia Avançada, 2002.

CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Sílvia; LOPES, Paulo Victor; TOTA, Martinho. Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro / Sérgio. – Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Mário. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Salud, Sexualidad y Sociedad: Revista Latinoamericana*. Vol.14, p. 319-315, Agosto de 2013

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (4): 1073-1083, 2009.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra/Unicamp, 2002.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio Assis. *Na Trilha do Arco-íris - Do Movimento Homossexual ao LGBT*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1), pp. 47-71, janeiro-abril/2004.

FEITOSA, Cleyton. Mapeando demandas por participação política da população LGBT no Brasil. *Revista Bagoas*, n. 17, pp. 282-317, 2017.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Os desafios da “Escuta Ativa”: manifesto por uma gestão queer em políticas feministas e LGBT. *Revista Periódicus* 1ª edição maio-outubro de 2014.

GALVÃO, Elaine Ferreira. Mulheres na luta pela saúde: trajetórias de lideranças comunitárias na cidade de Londrina – PR. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.

GALVÃO, Jane. Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia, São Paulo, ABIA, Editora 34, 2000.

GOMES DA COSTA SANTOS, Gustavo; PEREIRA, Cleyton Feitosa. Políticas públicas de diversidade sexual e de gênero no Brasil: uma análise das percepções dos gestores da política LGBT em Pernambuco. Revista Estudos de Sociologia, v. 2, n. 23, 2º Semestre, 2017.

GOMES DA COSTA SANTOS, Gustavo. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Ciência Política, no 21, pp 149-188, setembro - dezembro de 2016c.

GOMES DA COSTA SANTOS, Gustavo. Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana, n. 23, pp.58-96/ Aug. 2016b.

GOMES DA COSTA SANTOS, Gustavo. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. Revista Contemporânea, v. 6, n. 1, p. 179-212, Jan.–Jun. 2016a.

JUREMA, Solange Bentes. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. Estudos Feministas, Ano 9, pp. 207-212, 2º Semestre 2001.

IRINEU, Bruna Andrade. A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social. Tese de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

KECK, Margaret E.; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell University Press, 1998.

KOVALESKI, Douglas Francisco; TESSER JR., Carlos. Um estudo sobre a formação do conselho municipal LGBT em Florianópolis. Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra, n.º 438, setembro de 2017.

LANDEIRA TORRES, Carolinne. Representação feminina: entraves para o desempenho eleitoral de mulheres. *Revista Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 23, 2º Semestre, 2017.

LIMA E SILVA, Louise Caroline Santos de. Conferências nacionais de políticas públicas e democracia participativa: conferências de políticas para as mulheres e decisões governamentais no período Lula (2003-2010). Dissertação de mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

LOPES, Karin Becker. A igualdade substancial entre os sexos: estudo sobre a participação das mulheres brasileiras na política. Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional. Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Fortaleza, 2016.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla; GIMENES, Éder Rodrigo. Gênero e Representação Política nos Conselhos Gestores no Brasil. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 59, no 3, pp. 789 a 822, 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. Cadernos Pagu (47), e16471, 2016

MAGRINI, Flávia Mello. Conferências de políticas para as mulheres: potencialidades e limites participativos. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

MARIANO, Silvana Aparecida. Movimento de mulheres e estado: ambiguidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulart. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Cadernos Pagu (43), pp. 57-118 julho-dezembro de 2014.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. Revista de Estudos Feministas, v. 18, n. 3, p. 336, set./dez. 2010.

MOTA, Fernanda Ferreira; BIROLI, Flávia. O gênero na política: a construção do “feminino” nas eleições presidenciais de 2010. *Cadernos Pagu* (43), pp.197-231, julho-dezembro de 2014.

NOGUEIRA, Thays de Souza. Movimento Feminista e Estado: aproximações e afastamentos a partir do debate sobre a ilegalidade do aborto. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

OLIVEIRA, Alecilda Aparecida Alves. O impacto das conferências de políticas para as mulheres nas atividades do legislativo federal. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2016.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Fronteiras invisíveis: gênero, questões identitárias e relações entre movimento homossexual e Estado no Brasil. *Revista Bagoas*, n. 04, pp. 159-170, 2009.

PAPA, Fernanda de Carvalho. Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil: percursos de uma pré-política. Dissertação de Mestrado em Administração Pública e Governo. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2012.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. Políticas feministas e os feminismos na política: o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-2005). Tese de doutorado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PIRES, Roberto et al. Em busca de uma síntese: ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas. Efetividade das Instituições Participativas no Brasil. Brasília: IPEA, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). Revista Brasileira de Ciência Política, nº 2, pp. 61-87, julho-dezembro de 2009.

POGREBINSCHI, Thamy. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1741, Rio de Janeiro, junho de 2012.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. Cadernos Pagu (43), pp. 169-196, julho-dezembro de 2014.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012.

RANGEL, Patrícia Duarte. Movimentos feministas e direitos políticos das mulheres: Argentina e Brasil. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

REIS, Girlene Galgani. Avanços e desafios da institucionalização da democracia participativa em Belo Horizonte a partir das conferências municipais de políticas para as mulheres realizadas no período de 2004 a 2010. Dissertação de Mestrado em Administração Pública. Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2013.

ROMAO, Wagner; MARTELLI, Carla G. Estudos sobre as instituições participativas: o debate sobre sua efetividade. Revista Pensamento e Realidade. Ano XVI – v. 28 n° 1, pp.124-143, 2013.

SABINO, Maria Jordana Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales. Igualdade de gênero no exercício do poder. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(3): 406, setembro-dezembro/2015.

SAMPAIO, R.F.; MANCINI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Rev. bras. Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, Fev. 2007.

SANTANA, Talita Maisa. “Sou mulher e quero participar!”: Narrativas de mulheres do Conselho Municipal da Condição Feminina e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Toledo-PR (1985-2014). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2016.

SANTOS, Yumi Garcia dos. A implementação dos órgãos governamentais de gênero no Brasil e o papel do movimento feminista: o caso do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. Cadernos Pagu (27), pp.401-426, julho-dezembro de 2006.

SANTOS, Fabiano; SZWAKO, José . Impasses políticos e institucionais no cenário atual. In: A. BOTELHO; H. STARLING. (Org.). República e Democracia. 1ed.BH: UFMG, v. 1, p. 49-63, 2017.

SZWAKO, J. Participar vale a pena, mas...: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia. In: SOUTO, A. L.; PAZ, R. D. (orgs.). Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2012

SZWAKO, José; DOWBOR, Monika; CARLOS, Euzeneia. Apresentação: Movimentos sociais, sociedade civil e participação. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB, v. 82, p. 5-12, 2016

TARROW, Sidney. O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Editora Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Ana Cláudia Chaves. Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

TOITIO, Rafael Dias. Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

VERGILI, Guilherme Efraim. Institucionalização de políticas LGBTs: um estudo sobre a criação do tripé da cidadania LGBT no município de São Carlos entre os anos de 2009 e 2012. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

VON BÜLOW, Marisa. Building transnational networks: civil society and the politics of trade in the Americas. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

WRIGHT, Sonia Jay. Gênero e autonomia na construção do Centro das Mulheres do Cabo (Pernambuco, 1984-1989). Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Recife, 1996.

YOUNG, Iris Manion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n.º.67, pp. 139-190, 2006.

“PARTICIPATION GENRES”: REFLECTING ON THE LIMITS AND POSSIBILITIES OF SOCIAL PARTICIPATION IN THE PROMOTION OF GENDER EQUALITY AND SEXUAL DIVERSITY IN THE STATE REALM

ABSTRACT

The text proposes a review of the Brazilian Social Sciences literature on participatory institutions (PIs) engaged in the promotion of gender equity and sexual diversity. Based on three analytical axes (structure of political opportunities that facilitate participation; types of effectiveness of participatory institutions and the main obstacles to the participation and to the effectiveness of participatory institutions), the text explores experiences of social participation focused on gender issues and sexual diversity by identifying common traits with other experiences of social participation, without neglecting their “specificities”. Despite its different theoretical and methodological affiliations, the works are unanimous in identifying the expansion of experiences of social participation related to gender and sexual diversity, particularly in the last decade (which include the two governments of President Lula) in Brazil. Among the obstacles are the low incidence of civil society in the definition, implementation and monitoring of public policies, the limited impact of social participation in the conformation of the legislative agenda and the negligible presence of women and LGBT in representative and decision-making bodies.

KEYWORDS

Gender. Sexual Diversity. Participation. Effectiveness